



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, realizada em 17 de abril de 2020.

Em 17 de abril de 2020, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, por meio de videoconferência. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes - **Representantes do Poder Público Estadual:** Everaldo Borges da Costa (T) – Rep. EMATER, Alice Beatriz Pereira Soares (S) – Rep. EMATER, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (T) – Rep. IGAM, Rosângela Pereira dos Santos (S) – Rep. IGAM, Lilian Messias Lobo (T) – Rep. SEMAD, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Juraci Júnior de Oliveira (T) – Rep. EPAMIG. - **Representantes do Poder Público Municipal:** Andreza de Andrade Rosa (T) – Rep. PM de Ibiraci, Osmany de Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Rubens de Paula Campos Neto (S) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM Itaú de Minas, Fábio de Castro Alves (S) - Rep. PM Itaú de Minas – Elimar Vieira Vaz (T) - Rep. AMEG, Thalita Cintra de Pádua (T) – Rep. PM Itamogi, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso, Lucas Horta Maia (T) – Rep. PM de Fortaleza de Minas - **Representantes de Usuários de Recursos Hídricos:** Túlio Pereira de Sá (S) – Rep. FIEMG, Cláudio Gomes de Barros (T) – Rep. S.P.R. Passos, Andrey Alux Bordini (S) – Rep. S.P.R. Passos, Ronaldo Nunes da Silva (T) – Rep. SAAE/Passos, Pedro Abelardo Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos, Elisa Queiroz Teodoro (S) – Rep. Serra da Fortaleza Mineração, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Marlon César Aguiar (S) – Rep. COPASA - **Representantes de Entidades da Sociedade Civil:** Amanda Francieli de Almeida (T) – Rep. FECOM, Clayton Silva Mendes (T) – Rep. IFSUL DE MINAS Campus Passos, André Luiz Rodrigues (T) – Rep. S. E. Furnas, Odila Rigolin de Sá (S) – Rep. UEMG/Passos, Darlan Einstein do Livramento (T) – Rep. CREA/MG, Leonardo de Barros Carrijo (T) – Rep. PROBRIG, Leonardo de Souza (T) – Rep. ABES-MG, Rogério Pena Siqueira (S) – Rep. ABES-MG. – Visitantes: Kamila Vilela – FIEMG, Silzani Soares Lopes – SAAE Passos. **Assuntos em Pauta:**

Item 01 - Abertura pelo Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum - André (Presidente CBH GD7) iniciou dando boas vindas a todos, conferiu quórum e solicitou Suelen (Secretária Adjunta CBH GD7) para fazer a leitura do expediente do dia.

Item 02 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia – Suelen (Secretária adjunta CBH GD7) fez a leitura das comunicações com algumas explanações.

Item 03 – Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 13/03/2020 – Foi dispensada a leitura e aprovada a ata da reunião com quórum de 25 instituições, com 1 abstenção do Conselheiro Rogério Siqueira (ABES-MG).

Item 04 – Andamentos sobre o Processo de eleição da Diretoria – André (Presidente CBH GD7) fez algumas considerações. Lilian (SEMAD) fez algumas sugestões como representante da Comissão Eleitoral, citou a questão da validade das reuniões permanecerem por meio de videoconferência. Rogério (ABES-MG) sugeriu verificar a questão de realizar eleições por videoconferência. Lilian (SEMAD) indagou se haveria a prorrogação do mandato. André (Presidente CBH GD7) relatou que não existia até o momento diretrizes que informassem essa situação. Lourdes (IGAM) consultou a Gerência de Apoio aos Comitês sobre prorrogação e andamentos do processo eleitoral, ficaram aguardando a resposta. André (Presidente CBH GD7) disse que é razoável em seguir o fluxo de trabalho que seja ótimo para todos. Sem mais manifestações, André (Presidente CBH GD7) demonstrou satisfação no quórum e parabenizou o comitê pela participação, enfatizou a importância da continuidade das atividades dos comitês. Juraci (EPAMIG) perguntou se não seria

interessante passar a aprovar principalmente a ata eletronicamente pelo SEI. André explicou a questão da assinatura e as limitações da plataforma. Juraci (EPAMIG) sugeriu requerer como usuário externo. Lilian (SEMA) fez algumas considerações sobre a plataforma SEI, em relação a possibilidade de assinatura como usuário externo e enfatizou que poderia haver essa possibilidade. Ficou definido requerer junto a Gerência de Apoio o cadastro de usuário externo.

Item 05- Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros – Controle foi enviado anteriormente a todos os conselheiros e consultado na reunião. Para contabilizar as presenças da reunião em questão foi feito o levantamento durante e apresentado aos conselheiros presentes.

Item 06 – Elaboração de ofício de encaminhamento para o consórcio intermunicipal (Implementação do Projeto de Boa Esperança) – André (Presidente CBH GD7) informou que precisa – se definir um evento para discutir a questão de resíduos sólidos e ressaltou que seria interessante trazer a experiência de Extrema/MG, reunir e trabalhar com pessoas da região com a expertise nesse tema. Organizar um evento com interessados será de grande importância. Rogério (ABES –MG) citou que a ABES possui uma Câmara Técnica de Resíduos Sólidos que inclusive esta preparando e executando um seminário de Resíduos em Belo Horizonte, é nacional, que acontece bianualmente, e seria no final de junho, entretanto, com a questão do Coronavírus tiveram que cancelar o evento e adiar possivelmente para final do ano e também esse evento deverá ser de forma virtual, inclusive ele seria no CREA com a possibilidade de participação virtual. O próximo Congresso de Saneamento da ABES será em Curitiba em 2021 e em 2023 será em Belo Horizonte/MG. Esse congresso envolve mais de 5000 técnicos na área. Rogério (ABES) informou sua formação e experiência, (Engenheiro Civil, Mestrado em Meio Ambiente com ênfase em energia, energia renováveis e produção de energia com resíduos), colocando-se interessado e a disposição para contribuir com ações junto com comitê e conhecer o projeto de Boa Esperança. André (Presidente CBH GD7) enfatizou que gostaria de envolver a ABES na organização desse evento para ganhar dimensão e trazer conhecimento para as empresas. Trabalhar em conjunto com o Consórcio Intermunicipal, São Sebastião do Paraíso, AMEG, Furnas, convidar Prefeitura Municipal de Extrema. Rogério (ABES) comentou que irá levar o assunto a Câmara Técnica temática de Resíduos da ABES para discutir e dar andamento nessa questão. Lourdes (IGAM) destacou a importância do apoio da ABES para avançar nas ações. Rogério (ABES) informou que a ABES é uma instituição técnica e científica que tem por finalidade produzir conhecimento, convidou a todos para que conheçam e divulguem o site abesmg.org.br. André (Presidente CBH GD7) demonstrou interesse e se associar e destacou que tem muita empatia pelo assunto relacionado a Resíduos Sólidos, onde esta sendo levado a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Secretaria do Meio Ambiente, Congresso Nacional, nas questões que estão sendo demandadas ao Comitê. A AMEG, por exemplo, nos demandou sobre a questão da cota mínima do Lago de Peixoto, fomos adiante e buscando a apreciação da ANA, ANEEL, ONS e contar com mais parceiros é importante. Rogério (ABES) comentou que as gerações de distribuídas e energia renováveis podem contribuir muito para a questão dos níveis dos lagos, ou seja, uma fonte substituta que pode regular isso. André (Presidente CBH GD7) destacou a questão do investimento, que partir do momento que não houver dificuldade em acesso a tecnologia isso já é uma realidade. Alexandre (FURNAS) se pronunciou destacando que o comitê esta ativo nas demandas relacionadas aos níveis dos reservatórios, e a ABES pode somar nessas ações. André (Presidente CBH GD7) relatou sobre sua participação na Audiência Pública no dia 07 de março em São José da Barra, demonstrou interesse em trabalhar junto com Furnas, onde Furnas possa utilizar dos comitês para seus interesses que não são divergentes dos interesses da sociedade. Alexandre (FURNAS) lembrou que FURNAS teve sua outorga renovada no ano passado, apesar dos reservatórios estarem significativamente baixos, chegamos a 10%, 12%, 14%, ano passado trabalhamos dentro da outorga, utilizamos dos comitês para explicar que quem comanda o sistema é a ONS, e foi dentro das estruturas dos comitês que começou a mostrar como é que funciona a definição de quanto vai gerar, tudo é coordenado pela ONS. Esta tomando corpo estas tratativas, já houve um ganho nessa audiência pública podendo reunir partes interessadas, o caminho é esse se houver alteração de outorga, Furnas irá trabalhar conforme. André (Presidente CBH GD7) informou alguns questionamentos feitos quanto ao retorno da ANA. Explicou o art 5º da Resolução 1305 de 2015 conjunta da ANA com a ANEEL, no inciso 5º diz o seguinte: apresenta que um dos requisitos para o pedido de outorga é uma proposta de novas condições de operação para compatibilização com usos múltiplos da água. Então um dos documentos para apresentar na renovação da outorga é essa proposta de novas condições. A pergunta para o Diretor da ANA foi: as tais novas condições devem ser propostas apenas usuários concessionários dos empreendimentos para aproveitamento hidrelétrico. Ele fará isso por qual motivo, qual dispositivo o obrigaria? Como o Comitê Estadual CBH GD7 tem entre seus integrantes partes interessadas que requerem a manutenção da cota mínima 663 acima do nível do mar de modo a contemplar os usos múltiplos para o Lago

da Usina Marechal Mascarenhas de Moraes, conhecido como Lago de Peixoto, qual seria a maneira de inserir essa condição dentro do processo de outorga e garantir que durante operação de vazão feita pela ONS os novos limites sejam obedecidos no planejamento energético. Se FURNAS inserisse dentro da documentação de outorga uma nova condição de operação ela seria acatada pela ANA, ANEEL e ONS, dentro do que diz a resolução. Então o que gostaria que FURNAS fizesse, se manifestasse qual é o documento que ela precisa dos comitês, ou de outro órgão, para inserir essa restrição da vazão dentro da outorga e colocar essa demanda que a sociedade apresenta e que seja acatada pela ONS, e a operação fica sendo planejada com essa condicionante. Não obtive resposta da ANA quanto ao tipo de documento, a servidora do IGAM Jeane disse que seria uma deliberação normativa do CBH Federal, mas o comitê está com suas atividades paralisadas. Se Furnas pudesse dar essa oportunidade, poderíamos resolver isso de forma tranquila, sem necessidade de irmos além. Alexandre (FURNAS) disse que Furnas como sendo geradora de energia não tem interesse em partir dela o pedido de restrição de reservatório. O reservatório foi criado há mais de 50 anos, Furnas alimenta todo o Brasil, acredita que partir dela que nasceu para gerar energia, seria um impacto no custo de energia, vai ter que entrar gerações de energia mais caras, nuclear, térmica, então particularmente não seria interessante. Agora podemos via comitê mandar um ofício para o presidente e cobrar a ANA para ver qual a posição dela. Lilian (SEMAD) sugeriu envolver o ministério público, talvez o comitê poderia questionar junto ao processo de licença. André (Presidente CBH GD7) informou que a esfera de competência do CBH GD7 é a ajuizante da barragem de Furnas, só para esclarecimentos, a montante já não é mais o GD7. Rogério (ABES) sugeriu que o comitê peça o documento conforme a norma a quem seja o licenciado. O interesse de Furnas é naturalmente gerar energia. André (Presidente CBH GD7) esclareceu que conhece o interesse de Furnas e discorda na questão que o interesse seja gerar energia seja lá como for, não é isso e tem que ficar claro. O próprio Presidente de Furnas já colocou isso de forma pública, Furnas cumpre determinação, se a ONS determinar que o nível é x, y, z irá ser. Alexandre (FURNAS) acrescentou que Furnas hoje está dentro da lei, dentro da outorga, Furnas irá trabalhar dentro da norma. Rogério (ABES) concordou que Furnas está legal e que não pensa diferente, mas a partir das exigências que surgiram depois e que não estão apresentadas o comitê pode questionar a questão da outorga. André (Presidente do CBH GD7) solicitou ao comitê considerações e se houver objeções em emitirmos um novo ofício a ANA perguntando sobre esse item específico do documento sobre uso múltiplo. Não houve objeções ficou como andamento, seguiu-se com a pauta.

Item 07 – Oficina de Implementação das Ações do Plano de Bacia – Lourdes (IGAM) iniciou informando o retorno da gerência de apoio sobre os andamentos do processo eleitoral, a orientação é de que não há paralisação e todos os regimentos internos preveem reuniões por meio de videoconferência. A planilha de banco de outorgas foi encaminhada anteriormente e compartilhada durante a reunião para que todos pudessem acessar o conteúdo que contém as pessoas outorgadas e não outorgadas na região. Rosângela (IGAM) lembrou a última reunião, a ideia inicial era estabelecer estratégias para regularizar as situações dos não cadastrados ou não outorgados, tais como captar parcerias com EMATER, CEMIG, SUPRAM e mobilizar e sensibilizar a realizarem as ações necessárias. Suelen (SES) fez uma observação quanto ao município de Corinto não fazer parte da área de abrangência do GD7. Rosângela (IGAM) informou que a planilha que está sendo trabalhada nas oficinas é a de ações prioritárias GD7, que faz parte da unidade de gestão de recursos hídricos do médio Rio Grande, fica na página 308, dividida em 3 grandes componentes, instrumento de gestão, conservação dos recursos hídricos (balanço hídrico, etc) e a governança (fortalecimento dos comitês). Um dos encaminhamentos foi a disponibilização das planilhas de usuários cadastrados outorgados e conhecer a relação de usuários, ficou em andamento a cargo dos conselheiros para fazer a essa análise. Basicamente a meta 1 e meta 2 é de realizar levantamento de dados sobre os usuários, os encaminhamentos que poderiam ser determinados e quais seriam as estratégias, uma proposta foi mobilizar parcerias. André (Presidente CBH GD7) disse que ficou pendente fazer essa mobilização devido ao cronograma de contingência do coronavírus, houve impossibilidade de mobilização, porém voltando a normalidade isso será continuado. Andrey (S.R. Passos) colocou-se à disposição em contatar um técnico da EMATER e tirar dúvidas sobre como poderiam ajudar. Lourdes (IGAM) sugeriu que primeiro faça-se o reconhecimento da planilha, saber qual será o público alvo e ver os problemas da planilha, a planilha foi disponibilizada de forma bruta sem refinamento. Lilian (SEMAD) disponibilizou links no chat onde mostra uma síntese que aparece o número da portaria e consulta onde trás uma descrição, as finalidades, coordenadas. Rosângela (IGAM) anotou essa sugestão de fazer o refinamento das planilhas. Lourdes (IGAM) explicou que o balanço hídrico é feito com outorgados. André (Presidente CBH GD7) citou que quando não há registro de demandas com determinados usos, principalmente usos múltiplos, isso não demanda vazão, uma regularidade. Lilian (SEMAD) explicou que existe que quando se analisa um processo de outorga, no caso de poço, dentro do sistema coloca as coordenadas onde possibilita ver se há outro poço

formalizado ou não, próximo, então existe um controle, se é captação superficial, tem que delimitar a bacia aí verifica os usos a montante e a jusante, e sugeriu que o Comitê poderia fazer um levantamento da bacia. Darlan (CREA) perguntou como é feita a medida e ou medição de precipitação, evapotranspiração potencial, evapotranspiração real, armazenamento de água no solo, deficiência hídrica e excedente hídrico afim de balanço hídrico para tomar essas decisões? André (IGAM) comentou que já acionou a sala de situação de Minas Gerais gerida pelo IGAM, lá possui toda essa situação hídrica com uma defasagem de dias, então tem as medições todas lá catalogadas de forma extensa, e no site da ANA. Rosângela (IGAM) citou o levantamento de dados dos usuários em campo como sendo a meta 2 que tem que ser visto quais seriam os encaminhamentos para essa meta ser cumprida. Lourdes (IGAM) a questão de levantamento de cadastro de usuários, é muito difícil o levantamento em campo, teria que ter uma contratação e fazer medições e levantar usos. Agora esse levantamento está sendo feito com as próprias pessoas se cadastrando no sistema, o que poderia ser feito seria uma mobilização e sensibilização para que os usuários se cadastrem. Fazer parcerias para facilitar a base de dados e um passo a passo de como faz o cadastro. O passo a passo será encaminhado. Meta 1 e 2 são ligadas a mobilização, captação de parceria, visto isto passa para a meta 3 que é compartilhar base de dados de outorga no sistema. Lourdes (IGAM) solicitou lembrar os conselheiros sobre a análise das planilhas. André (Presidente CBH GD7) citou o projeto Grande Minas, o Plano Diretor, bases de dados como ferramentas que o comitê tem para usar e fazer as medições e locações, não há precisão exata, mas podemos aproximar, é fundamental aproveitar essas ferramentas. Rosângela (IGAM) reforçou que o Plano reconhece a defasagem dos dados tanto que a primeira ação é fazer esse chamamento dos usuários e levantar os dados. Odila (UEMG) comentou que os alunos da disciplina de recursos hídricos que leciona estão fazendo análise do Plano, base de dados e Grande Minas e que disponibilizará para o comitê. Lilian (SEMAD) divulgou no chat um parecer como exemplo. Rosângela (IGAM) comentou que dentro do objetivo de ampliar a regularização de usos meta 3 já encerra. André (Presidente CBH GD7) citou como potenciais parcerias a UEMG, IFSUL de Minas e a Libertas Faculdades Integradas –FECOM, a colaboração da Rosângela e a Lourdes para articular e coordenar os projetos de pesquisas para que tenha um aspecto prático dentro do Comitê, por exemplo, se essas mãos de obras dos estudantes for utilizadas para fazer uma correção, atualização, melhoria na base de dados ou gerar índices ou escrever artigos, fazer análises, seria muito importante. Lourdes (IGAM) ressaltou em articular com as universidades e entrar em contato com os conselheiros. Amanda (FECOM) explicou que existe um termo que usa para análise de plano que chama avaliação ambiental estratégica e a partir dela dá para encontrar essas lacunas ou erros que existem dentro de planos ou políticas, se disponibilizou em ler e analisar para ver se consegue fazer no plano do GD7. Para o próximo encontro fica o trabalho voltado para revisão de critérios de outorgas. Foi apresentado o controle de faltas que foi realizado durante a reunião. Lilian (SEMAD) sugeriu que houvesse uma apresentação sobre o GD7, principais rios que compõem a bacia, os limites, para visualizar a geografia de quem nós estamos falando. André (Presidente CBH GD7) agradeceu a todos pela cooperação e participação de todos. Relembrou sobre os conselheiros se organizarem em chapas para participar do processo eleitoral para que o comitê siga de forma eficiente com suas atividades. A reunião foi elogiada pela realização por meio de videoconferência e sem mais objeções e considerações foi encerrada.

André Luiz Rodrigues

Presidente CBH GD7

Suelen Daiana Oliveira Canela

Secretária Adjunta CBH GD7

Referência: Processo nº 2240.01.0001200/2020-18

SEI nº 14094405